



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

Processo n.º 17870/2018-e

Órgão de Origem: Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF

Montante em exame: 0,00 (zero)

Assunto: Edital de Concurso Público

Ementa: Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Consultor Técnico-Legislativo (várias categorias), da Carreira Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, regulado pelo Edital n.º 02/2018, publicado no DODF de 30/05/2018 – Suplemento.

- Período de inscrições: 25/06 a 25/07/2018.
- Conhecimento.
- Proposta de diligência.

Senhor Secretário Substituto,

Em exame o Edital n.º 02/2018, publicado no DODF de 30/05/2018 – Suplemento, que divulga concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Consultor Técnico-Legislativo (várias categorias), da Carreira Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

2. Mediante rotinas de acompanhamento de publicações, juntamos eletronicamente aos presentes autos o Ato da Mesa Diretora da CLDF n.º 58/2016 (Peça 1), que autoriza a realização do certame, bem como o próprio edital normativo (Peça 2).

3. As normas legais a que se subordina o concurso, que será executado pela Fundação Carlos Chagas (subitem 1.1), estão indicadas no preâmbulo do edital normativo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

4. Os futuros servidores serão subordinados à LC n.º 840/2011, bem como à Lei n.º 4342/2009 (subitem 1.3), que instituiu o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.
5. Nos termos do subitem 1.12, o edital em exame, bem como eventuais retificações, poderão ser impugnados no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva publicação.
6. O regime de trabalho, os requisitos específicos (formação específica), bem como a remuneração constam do subitem 2.1.1. Os requisitos básicos para a posse no cargo foram informados no item 3. A descrição sumária das atividades do cargo de Consultor Técnico-Legislativo constam do Anexo I do edital normativo em exame.
7. Foram oferecidas 37 vagas de acordo com as seguintes categorias (subitem 2.1.1.1):

Categorias	Vagas(1)	Vagas reservadas a candidatos com deficiência (2)
Administrador	4	-
Arquiteto	1	-
Arquivista	1	-
Assistente Social	1	-
Bibliotecário	1	-
Contador	4	-
Economista	1	-
Enfermeiro	2	-
Engenheiro Civil	1	-
Engenheiro Mecânico	1	-
Médico (Ambulatorial/Perito)	2	-
Médico do Trabalho	1	-
Odontologista (Perito)	1	-
Pedagogo	1	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

Psicólogo (Área 1 – Organizacional)	1	-
Psicólogo (Área 2 – Clínico/Perito)	1	-
Revisor de Texto	1	-
Técnico em Comunicação Social/Jornalista	1	-
Técnico em Comunicação Social/Relações Públicas	2	-
Técnico em Comunicação Social/Publicitário	1	-
Técnico em Comunicação Social/Produtor de Multimídia	1	-
Analista de Sistemas – Área 1	1	-
Analista de Sistemas – Área 2	1	-
Analista de Sistemas – Área 3	1	-
Analista de Sistemas – Área 4	3	-
Taquígrafo Especialista	1	-

(1) número de vagas incluindo-se a reserva para candidatos com deficiência.

(2) reserva de vagas para candidatos com deficiência.

8. Cabe destacar que a distribuição das vagas do cargo de Consultor Técnico-Legislativo por categorias, bem como a exigência de formação específica, encontram amparo no art. 5º, § 2º e no art. 6º, IV, todos da Lei n.º 4342/2009.

9. O valor da taxa de inscrição (R\$ 78,00) e o período (25/06 a 25/07/2018) estão relacionados no item 4. Importa mencionar que o referido valor está de acordo com o limite estabelecido pelo art. 22 da Lei n.º 4949/2012, que estabelece normas gerais para a realização de concurso público no DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

10. As inscrições poderão ser efetuadas somente via INTERNET (subitem 4.2). Todavia, para os candidatos que não dispuserem de acesso à INTERNET será disponibilizado local para a realização das inscrições, no período acima mencionado (subitem 4.22).

11. A devolução do valor da taxa de inscrição ocorrerá nas condições legalmente previstas, conforme subitem 4.3.5.1.

12. As condições para isenção da taxa de inscrição estão definidas no subitem 4.8, nos termos da Lei n.º 4949/2012, da Lei n.º 5818/2017¹, bem como da Lei n.º 5968/2017² (isenção parcial). O subitem 4.25 prevê prazo para pedidos de atendimento especial para realização das provas. Nos subitens 4.20 e 5.6.1.2 há, respectivamente, previsão de prazo para interposição de recurso pelo candidato contra o indeferimento dos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição e do mencionado atendimento especial, em consonância com precedentes desta Corte (Decisões n.ºs 6635/2009 e 1/2010).

13. As regras para concorrer às vagas destinadas a candidatos com deficiência estão previstas no item 5. Nos termos do art. 12 da LC n.º 840/2011, bem como do art. 8º, § 5º, da Lei n.º 4949/2012, o subitem 5.2 prevê a reserva de 20% das vagas oferecidas para cada categoria e de eventuais outras vagas a serem oferecidas dentro do prazo de validade do certame, aos candidatos com deficiência, desprezada a parte decimal. O subitem 5.2.1 dispõe que somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência na área com número de vagas igual ou superior a cinco. Convém ressaltar que o subitem 5.6.1.2 prevê a possibilidade de interposição de recurso contra a decisão que considerar inválido o laudo que ateste a deficiência.

¹ Dispõe sobre a isenção do pagamento de valores a título de inscrição em concursos públicos no âmbito do Distrito Federal para os eleitores que tenham prestado serviço eleitoral.

² Dispõe sobre a redução no valor da taxa de inscrição em concursos públicos realizados no Distrito Federal para cadastrados no banco de dados como possíveis doadores de medula óssea.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

14. O concurso será realizado da seguinte forma, conforme estabelecido nos subitens 1.5, 6.2 e 6.3, **exceto para a categoria de Taquígrafo Especialista:**

Provas	Caráter
Etapa I – Prova Objetiva: Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos	Eliminatório e classificatório
Etapa II – Prova Discursiva Estudo de Caso	
Etapa III – Prova de Títulos	Classificatório

15. Segundo os subitens 1.6 e 6.4, o sistema de provas para a **categoria Taquígrafo Especialista** é o seguinte:

Provas	Caráter
Etapa I – Prova Objetiva: Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos	Eliminatório e classificatório
Etapa II – Prova Discursiva Redação	
Etapa III – Prova Prática Apanhamento Taquigráfico	
Etapa IV – Prova de Títulos	Classificatório

16. Os tipos de provas aplicadas no certame estão de acordo com o art. 17 da Lei n.º 4342/2009, bem como com o art. 15 da Lei n.º 4949/2012.

17. As datas prováveis de aplicação das provas objetivas (23/09/2018 – Tarde), discursiva (16/12/2018 – Manhã) e da prova prática (28/04/2019), somente para a categoria de Taquígrafo Especialista) estão definidas no item 7.1.1 a 7.1.3, respeitando a regra do inciso I do art. 11 da Lei distrital n.º 4949/2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

18. O item 8 disciplina a Etapa I – Prova Objetiva. Nos termos do subitem 8.5 serão considerados habilitados na prova objetiva os candidatos que obtiverem um total de pontos igual ou superior a 240 (duzentos e quarenta), de acordo com a sistemática de pontuação descrita no item 8. Os candidatos não habilitados na prova objetiva **serão excluídos** do certame (subitem 8.6).

19. A Etapa II – Prova Discursiva está descrita no item 9. Serão convocados para a prova discursiva os candidatos habilitados na prova objetiva, considerando-se até 20 vezes o número de vagas para o cargo/categoria, respeitados os empates na última posição, a teor do subitem 9.2. Os demais candidatos **serão excluídos** do certame (subitem 9.2.1).

20. A prova discursiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100,00 (cem) pontos (subitem 9.3) e compreenderá dois estudos de casos aplicados, valendo 50 (cinquenta) pontos cada uma dessas questões (subitem 9.4). Serão considerados habilitados na prova discursiva os candidatos que obtiverem, concomitantemente, nota mínima de 25,00 (vinte e cinco) em cada questão e nota igual ou superior a 60,00 (sessenta) no somatório dos pontos obtidos nas duas questões, a teor do subitem 9.11. Nos termos do subitem 9.12, os candidatos não habilitados na prova discursiva **serão excluídos** do concurso.

21. O item 10 disciplina a prova prática de taquigrafia somente para a **categoria Taquígrafo Especialista**. Serão convocados para a prova de taquigrafia todos os candidatos habilitados na prova discursiva, a teor do subitem 10.2.

22. Segundo o subitem 10.4, a prova prática de taquigrafia será avaliada na escala de 0 (zero) a 100,00 (cem), considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60,00 (sessenta). **O candidato não habilitado será eliminado do concurso.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

23. O item 11 disciplina a Prova de Títulos. Considerando o disposto nos subitens 8.5, 9.3 e 10.4, a pontuação atribuída à prova de títulos (quadro constante do subitem 11.9) está de acordo com o limite estabelecido pelo art. 48, II, da Lei n.º 4949/2012.

24. A nota final do candidato, **exceto para a categoria de Taquígrafo Especialista**, será igual ao somatório dos pontos ponderados obtidos na Etapa I – Provas Objetivas com a nota obtida na Etapa II – Prova Discursiva, mais a pontuação obtida na Etapa III – Prova de Títulos (subitem 12.1).

25. Já **para a categoria de Taquígrafo Especialista**, a nota final do candidato será igual ao somatório dos pontos ponderados obtidos na Etapa I – Provas Objetivas com as notas obtidas na Etapa II e III (Provas Discursiva e Prática), mais a pontuação obtida na Etapa IV – Prova de Títulos, nos termos do subitem 12.2.

26. Os critérios de desempate estão definidos no item 12.3, observando-se o disposto no art. 27 da Lei nº 10741/2003 (Estatuto do Idoso).

27. Os recursos estão disciplinados no item 13. Em obediência ao art. 55, § 1º, da Lei n.º 4949/2012, é possível a interposição de recurso contra as questões das provas e gabaritos preliminares, bem como contra o resultado das provas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a ocorrência do respectivo evento, a teor do subitem 13.3.

28. O subitem 13.13 estabelece que a pontuação relativa a questões anuladas serão atribuídas a todos os candidatos, independentemente de interposição de recurso. Todavia, tal regra não se coaduna com o disposto no art. 59 da Lei nº 4949/2012, que determina ajuste proporcional ao sistema de pontuação. Assim, deve o referido subitem ser retificado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

29. O cadastro de reserva é constituído pelos candidatos aprovados em listagem final, em classificação imediatamente superior ao número de vagas previstas no edital, nos termos do subitem 14.2.2.

30. O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, contados da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período (subitem 15.4).

31. Os objetos de avaliação (conteúdo programático) constituem o Anexo II do edital.

32. No Anexo III do edital em exame há o cronograma de atividades previsto para o certame de forma pormenorizada. Os itens 29 e 36 desse anexo contemplam o cronograma de nomeações do cargo em questão (15/04/2019 para todas as categorias, exceto Taquígrafo Especialista, e 12/06/2019, para a referida categoria), conforme disposto no art. 10, II, *in fine*, da Lei nº 4949/2012. Por outro lado, a data de aplicação da prova prática de taquigrafia (28/09/2019) constante desse anexo (item 30) deve ser retificada para se adequar à inserta no subitem 7.1.3 (28/04/2019).

33. Esses foram os pontos do edital que entendemos ser merecedores de destaque, sem embargo de que, a nosso ver, os demais dispositivos dele constantes também guardam conformidade com as normas que regem a matéria.

Ante o exposto, considerando a inexistência de óbices ao regular andamento do certame, sugerimos:

I – tomar conhecimento do Ato da Mesa Diretora da CLDF n.º 58/2016 (Peça 1), bem como do Edital n.º 02/2018, publicado no DODF de 30/05/2018 – Suplemento, que divulga concurso público



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Consultor Técnico-Legislativo, da Carreira Legislativa, do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF;

II – determinar à Câmara Legislativa do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias, relativamente ao Edital n.º 02/2018, publicado no DODF de 30/05/2018 – Suplemento:

- a)** retifique o subitem 13.13 de modo a adequá-lo à regra contida no art. 59 da Lei nº 4949/2012;
- b)** retifique a data de aplicação da prova prática de taquigrafia constante do Anexo III do edital normativo para adequá-la à inserta no subitem 7.1.3;

III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para o acompanhamento do certame.

À consideração superior.

Brasília, 5 de junho de 2018.

Carlos Antonio Costa dos Santos
Diretor – SEFIPE/DIADM



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

Senhora Presidente,

De acordo com a instrução retro, submeto os autos à elevada consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 1º, inciso II, letra “c”, da Resolução TCDF nº 140/01, com a redação dada pela de nº 174/06.

Brasília-DF, 5 de junho de 2018.

André Vitor Lopes
Secretário de Fiscalização de Pessoal
Respondendo